



Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

CNPJ nº 55.942.312/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Consórcio) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação
A Santander Consórcio Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua na constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades. Atualmente possui 366 grupos de consórcios ativos, com 366.741 cotas ativas e 30.231 bens entregues no 2º semestre de 2023.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 1.028 milhões (31/12/2022

- R\$ 1.450 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$ 578 milhões (31/12/2022 - R\$ 436 milhões).

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R\$ 1.573 milhões (31/12/2022 - R\$ 1.797 milhões). Desse montante destacamos R\$ 1.403 milhões de Títulos e Valores Mobiliários (31/12/2022 - R\$1.670 milhões).

Em 31 de dezembro de 2023, o passivo total atingiu R\$ 545 milhões (31/12/2022 - R\$ 347 milhões) e Outros Passivos atingiram R\$ 409 milhões (31/12/2022 - R\$232 milhões) representados, principalmente, por Taxa de Administração a Serem Diferidas.

Auditoria Independente
A política de atuação da Santander Brasil Administradora de Consórcio na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não

deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Santander Brasil Administradora de Consórcio informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente. Ademais, a Santander Brasil Administradora de Consórcio confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 26 de março de 2024.

Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante e Não Circulante		1.572.863	1.796.944
Disponibilidades	4	2.249	2.218
Instrumentos Financeiros		1.403.311	1.670.282
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.403.311	1.670.282
Outros Ativos	8	147.801	78.203
Ativos Fiscais		19.502	47.241
Correntes		16.284	44.973
Diferidos	7.a.2	3.218	2.268
Total do Ativo		1.572.863	1.796.944

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2021		436.441	1.869	58.663	517.007	1.013.980
Aumento de Capital	11.a	139.229	-	-	(139.229)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	435.745
Destinações:						
Reserva Legal	11.c	-	-	21.787	-	(21.787)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	-	206.979	(206.979)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	-	206.979	(206.979)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		575.670	1.869	80.450	791.736	1.449.725
Mutações no Exercício		139.229	21.787	274.729	274.729	435.745
Saldos em 31 de dezembro de 2022		575.670	1.869	80.450	791.736	1.449.725
Aumento de Capital	11.a	296.516	-	-	(296.516)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	578.175
Destinações:						
Dividendos	11.b	-	-	-	(1.000.000)	-
Reserva Legal	11.c	-	-	28.909	-	(28.909)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	-	274.633	(274.633)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	-	274.633	(274.633)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		872.186	1.869	109.360	44.486	1.027.901
Mutações no Exercício		296.516	28.910	(747.250)	(747.250)	1.755.696
Saldos em 30 de junho de 2023		872.186	1.869	95.749	785.892	1.449.725
Lucro Líquido		-	-	-	-	272.204
Destinações:						
Dividendos		-	-	-	(1.000.000)	-
Reserva Legal	11.c	-	-	13.610	-	(13.610)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	-	129.297	(129.297)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	-	129.297	(129.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		872.186	1.869	109.360	44.486	1.027.901
Mutações no Semestre		-	-	13.611	(741.406)	(727.795)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RECURSOS DE CONSÓRCIOS		
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante/Realizável a Longo Prazo	7.185.501	6.232.438
Caixa e Equivalentes de Caixa	49.245	39.308
Aplicações Financeiras	2.651.060	2.522.958
Outros Créditos	4.485.296	3.670.172
Valor Contábil dos Bens Retomados ou Devolvidos	7.606	3.965
Direitos junto a Consorciados Contemplados	4.477.690	3.666.207
Compensação	38.549.636	35.003.553
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	248.906	248.906
Contribuições Devidas ao Grupo	20.324.355	18.366.812
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	17.976.375	16.424.985
Total do Ativo e Compensação	45.735.237	41.235.991
Passivo Circulante/Exigível a Longo Prazo	7.185.601	6.232.438
Outras Obrigações	7.185.601	6.232.438
Obrigações com Consorciados	2.732.099	2.341.550
Valores a Repassar	152.471	130.924
Obrigações por Contemplações a Entregar	2.123.290	2.068.232
Obrigações com o Administrador	6.551	3.715
Recursos a Devolver a Consorciados	1.441.282	1.243.233
Recursos do Grupo	729.908	444.784
Compensação	38.549.636	35.003.553
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	248.906	248.906
Obrigações do Grupo por Contribuições	20.324.355	18.366.812
Bens ou Serviços a Contemplar	17.976.375	16.424.985
Total do Passivo e Compensação	45.735.237	41.235.991

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	2.639.239	2.562.286	1.965.477	1.965.477
Depósitos Bancários	112.591	39.308	96.783	96.783
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.526.648	2.522.958	1.888.714	1.888.714
(+) Recursos Coletados	3.202.048	6.287.316	5.225.610	5.225.610
Contribuições para Aquisição de Bens	2.414.949	4.741.054	3.963.362	3.963.362
Taxa de Administração	471.991	921.003	717.937	717.937
Contribuições ao Fundo de Reserva	100.757	199.238	172.159	172.159
Rendimentos de Aplicações Financeiras	128.074	253.573	221.135	221.135
Multas e Juros Moratórios	7.036	13.720	11.436	11.436
Prêmios de Seguros	41.556	82.426	69.676	69.676
Outros	38.185	76.302	70.105	70.105
(-) Recursos Utilizados	3.140.982	6.149.277	4.648.821	4.648.821
Aquisição de Bens	2.431.609	4.746.413	3.554.625	3.554.625
Taxa de Administração	493.292	941.070	745.653	745.653
Multas e Juros Moratórios	3.516	6.842	5.697	5.697
Prêmios de Seguros Pagos	42.591	82.977	71.680	71.680
Devolução a Consorciados Desligados	74.386	155.805	88.127	88.127
Outros	95.860	216.170	183.039	183.039
Disponibilidade Final	2.700.305	2.700.305	2.562.266	2.562.266
Depósitos Bancários	49.245	49.245	39.308	39.308
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.651.060	2.651.060	2.522.958	2.522.958

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e tem como objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. As operações da Santander Brasil Consórcio são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e demonstrações das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. As Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios e das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios foram elaboradas conforme a Circular Bacen 3.959/2019. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, realização de créditos tributários e o valor justo dos ativos financeiros. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram autorizadas pelos Administradores na reunião realizada em 26 de março de 2024.

b) Moeda Funcional e de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Brasil Consórcio.

3. Principais Políticas Contábeis
L - Administração
a) Apuração do Resultado
A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida conforme o período do contrato assim que cumprida as obrigações de desempenho, conforme CPC 47. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
b) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
c) Operações Compromissadas
Compra com Compromisso de Revenda
Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.
d) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
e) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
A Santander Brasil Consórcio é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às atividades, recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Brasil Consórcio, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes, e, quando, forem impetradas.

f) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
O PIS (1,65%) e a COFINS (7,60%) são calculados pelo regime não cumulativo e são registradas em despesas tributárias. As Receitas Financeiras são tributáveis às alíquotas de 0,65% (PIS) e 4,0% (COFINS).

g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$240, R\$120 no semestre, e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

h) Eventos Subsequentes
Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:
• Eventos que originam ajustes; são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
• Eventos que não originam ajustes; são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

II - Grupos de Consórcios
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades.

b) Aplicações Financeiras e Disponibilidades
Representam recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos mantidos em conta e aplicações financeiras efetuadas em nome dos grupos de consórcios, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes. O saldo das aplicações financeiras é deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

c) Direitos junto a Consorciados Contemplados
Representam os valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados.

d) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados
Representam o valor das contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço.

e) Contribuições Devidas ao Grupo
Representam a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos respectivos grupos, calculada de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

f) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar
Representam o saldo dos bens a contemplar em Assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

g) Obrigações com Consorciados
Estão representadas, principalmente, por contribuições para aquisição de bens recebidas de consorciados não contemplados, a título de fundo comum, e valores recebidos antes da constituição formal dos grupos, acrescido de rendimentos financeiros.

h) Valores a Repassar
Representam os valores recebidos de consorciados a serem repassados, referentes à taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros e outros.

i) Obrigações por Contemplações a Entregar
Representam créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas Assembleias, descontado os pagamentos realizados e acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

j) Recursos a Devolver a Consorciados
Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, representados por valores recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, aplicando-se o percentual pago ao valor do bem vigente na última Assembleia de Contemplação do Grupo e acrescido dos rendimentos da aplicação financeira, calculados a partir desta Assembleia, deduzidos da multa rescisória contratual registrada em valores a repassar e em recursos do grupo.

k) Obrigações com a Administradora
Representam as obrigações do grupo de consórcio com a Administradora.
l) Recursos do Grupo
Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, acrescidos da respectiva remuneração pelas aplicações financeiras até a data do balanço, atualização da variação do preço do bem e valores recebidos de consorciados após os procedimentos de cobrança.

m) Recursos Coletados
Representam os recursos coletados pelos grupos e respectivos rendimentos. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração e do fundo de reserva.

n) Recursos Utilizados
Representam principalmente o montante dos recursos aplicados na aquisição de bens, pagamento da taxa de administração, rendimentos financeiros pagos a consorciados contemplados, até a data da aquisição do bem.

o) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 16.

	31/12/2023	31/12/2022
Quantidade de Grupos Administrados	366	411
Quantidade de Consorciados Ativos	366.741	314.754
Quantidade de Consorciados Desistentes/Excluídos no semestre	24.364	39.019
Total de Consorciados Desistentes/Excluídos nos grupos em andamento	398.529	350.758
Bens Entregues no Semestre	30.231	23.029
Total de Bens Entregues	305.074	248.023



Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

CNPJ nº 55.942.312/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2023	31/12/2022
8. Outros Ativos		
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	1.892	59
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	177	109
Para Interposição de Recursos Cíveis	1.575	2.118
Títulos e Créditos a Receber ⁽¹⁾	26.991	24.356
Rendas a Receber	297	14.982
Outros Valores e Bens ⁽²⁾	105.707	36.303
Outros	11.162	276
Total	147.801	78.203
Circulante	117.167	51.560
Não circulante	30.634	26.643

⁽¹⁾ Composto por aportes feitos pela Administradora em grupos em andamento. A serem reembolsados pelos grupos, quando ocorrer o encerramento.
⁽²⁾ A variação decorre do aumento substancial de parceiros terceiros na venda de consórcio.

	31/12/2023	31/12/2022
9. Outros Passivos		
Taxa de Administração a Serem Diferidas - Res BCB 120/CPC 47	225.018	112.790
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	153.554	105.038
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 10.b)	131	699
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 10.b)	1.349	511
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 10.b)	1	12
Provisão para Pagamentos a Eteatur	320	227
Estimativa Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	3.428	3.428
Outras	25.126	9.697
Total	408.927	232.402
Circulante	407.401	229.899
Não Circulante	1.526	2.503

10. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.e).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 9)	131	699
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 9)	1.349	511
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 9)	1	12
Total	1.481	1.222

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2023			01/01 a 31/12/2022		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	699	12	511	620	-	328
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(251)	1	6.776	277	11	2.418
Atualização Monetária	12	1	20	20	1	70
Baixas por Pagamentos	(329)	(13)	(6.008)	(218)	-	(3.878)
Outros	-	-	50	-	-	1.573
Saldo Final	131	1	1.349	699	12	511

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas/despesas operacionais e IR e CSSL.

d) Provisões para Riscos Fiscais

Auto de Infração (IRPJ) - a Santander Brasil Consórcio recebeu cobrança administrativa supostamente indevida, pela Receita Federal, de IRPJ do período de 2008, em razão de divergência nas declarações apresentadas. A defesa apresentada pela Companhia foi parcialmente acolhida para cancelar o imposto cobrado. Em março de 2023, o valor remanescente que permaneceu em discussão, foi pago em razão da adesão ao Programa Litígio Zero emitido pela Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2023, esse processo totaliza aproximadamente R\$0.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cotas contempladas para os grupos já encerrados.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações com classificação de perda possível de natureza cível, totalizaram em R\$147 e de natureza fiscal, totalizaram em R\$11.993.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 872.186 mil quotas, no valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), todas de domiciliados no País (31/12/2022 - 575.670 mil quotas).

Os Administradores, em reunião realizada em 02 de junho de 2023, aprovaram o aumento de Capital no montante de R\$ 296.516 mediante a emissão de 296.516 mil novas quotas, passando o capital social do valor de R\$575.670 para R\$ 872.186.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição dos lucros da Santander Brasil Consórcio é efetuada de acordo com a situação financeira da empresa e com a conveniência dos sócios na data de deliberação, podendo distribuir dividendos, segundo as regras descritas, por conta de lucros apurados em balanços intermediários ou intercalares. Em 31 de dezembro de 2023 houve destaque de dividendos no valor de R\$ 1.000 milhão, cujo pagamento foi realizado em 15 de agosto de 2023, em 31 de dezembro de 2022 não houve destaque de dividendos e juros sobre o capital próprio.

c) Reservas

Conforme estabelecido no contrato social da Santander Brasil Consórcio, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos.

Os saldos de reservas de lucros excedentes ao capital social serão abordados em Assembleia Geral *ad referendum*, a fim de instruir os acionistas acerca de deliberação de aumento de capital e devido enquadramento nas exigências da Lei 11.638/2017.

Reserva Legal

A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. adota, ainda, a Reserva Legal para assegurar a integridade do capital social, à qual são destinados 5% lucro líquido do exercício até alcançar o limite de 20% do capital social.

Reservas de Capital

As reservas de capital são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Reforço do Capital de Giro

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro, com a finalidade de garantir meios financeiros para a operação da Sociedade.

Reserva para Equalização de Dividendos

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Equalização de Dividendos, com a finalidade de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Tais reservas deverão ser periodicamente capitalizadas para que o respectivo montante não ultrapasse o saldo do capital social da sociedade.

12. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Santander Brasil Consórcio é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Brasil Consórcio não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram registradas despesas com honorários para a Administração.

b) Participação Acionária

A Santander Brasil Consórcio é controlada pelo Banco Santander que possui participação direta de 872.186 mil quotas, equivalentes a 100% do capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações são as seguintes:

	31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	31/12/2022	01/01 a 31/12/2022
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4)	2.249	-	1.218	-
Banco Santander ⁽¹⁾	2.249	-	1.218	-
Títulos e Valores Mobiliários	1.403.311	192.188	1.564.823	155.697
Santander Fundo de Investimentos SBAC Referenciado	1.244.718	189.507	1.564.823	155.697
Santander FI Renda Fixa Referenciado DI	158.593	2.681	-	-
Rendas a Receber	849	5.364	-	14.806
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	5.364	-	14.806
Santander Capitalização	849	-	-	-
Outros Créditos - Diversos	-	72	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	72	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 14 e 15)	(1.038)	(44.366)	(1.620)	(41.833)
Banco Santander ⁽¹⁾	(1.038)	(44.314)	(1.620)	(41.833)
Esferra Fidelidade S.A.	-	(52)	-	-

⁽¹⁾ Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcio (Nota 12.b).

ADMINISTRADORES

Reginaldo Antonio Ribeiro

Vagner da Silva Rodrigues

Claudia Chaves Sampaio

Alvaro Teófilo de Oliveira Neto

Contadora

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC nº 1SP256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Brasil Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2023 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa mesma data de acordo com as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2023 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos

nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos

13. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Rendas de Administração de Grupo de Consórcio	852.516	649.052
Serviços Prestados a Consorciados	27.037	33.180
Total	879.553	682.232

14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	5.105	8.706
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 12.c)	24.538	23.274
Comunicações	7	8
Serviços do Sistema Financeiro	18	1.495
Outras	9.653	6.364
Total	39.321	39.847

15. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atualizações monetárias	164	114
Comissões	(52.574)	(38.582)
Terceiros	(32.798)	(20.023)
Convênio Banco Santander	(19.776)	(18.559)
Despesas de Atualização de Impostos	(1.510)	(1.555)
Despesas com Registro de Contratos em Cartório	(6.736)	(7.070)
Provisão para Contingências (Líquidas de Reversão)	(6.526)	(2.706)
Recuperação de Encargos e Despesas (2)	45.366	9.288
Reversão de Provisão de Contingência - Fiscais/Cíveis	-	408
Reversão de Provisão - Outras	459	6.280
Recuperação e Perdas Operacionais na Administração de Consórcios ⁽¹⁾	(517)	(1.858)
Riscos Operacionais na Administração de Consórcios	(1.897)	(3.079)
Outras	(11.948)	(5.506)
Total	(35.719)	(44.266)

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente a reversão de provisão para perda de operações com seguro de quebra de garantia.

⁽²⁾ No primeiro semestre de 2023 a Administradora de Consórcio e a Seguradora Zurich encerraram a vigência da apólice de seguro quebra de garantia, sendo assim a Administradora passou a ter o direito de receber todo o valor que viesse a ser recuperado.

16. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 4.910/2021, a Santander Brasil Consórcio aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado a Santander Brasil Consórcio é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas informações semestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

d) Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve resultados recorrentes/não recorrentes.

e) Evento subsequente:

Não ocorreram eventos subsequentes.

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

